

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

| | |
|---|---|
| Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i> | Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i> |
| Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i> | Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i> |
| Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i> | Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i> |
| Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i> | Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i> | Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i> | Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i> |
| Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i> | Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i> |
| Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i> | Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i> |
| Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i> | Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i> | Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i> |
| Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i> | Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i> |
| Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i> | Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i> |
| Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i> | Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i> | Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i> |
| Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i> | Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i> |
| Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i> | Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i> |
| Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i> | Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i> |
| Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i> | |

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 2717/2022-PGJ, DE 7.6.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, responderem pela 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Daniela Araujo Lima da Silva, conforme segue.

| MEMBRO | PERÍODO |
|-----------------------------|-----------------------------------|
| Rosana Suemi Fuzita Irikura | 4 a 8.7.2022 18 a 22.7.2022 |
| Jui Bueno Nogueira | 11 a 15.7.2022 25.7 a 2.8.2022 |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2718/2022-PGJ, DE 7.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 20º Promotor de Justiça de Campo Grande, Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 21ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 2 e 3.6.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2719/2022-PGJ, DE 7.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 26ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Luz Marina Borges Maciel Pinheiro, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 42ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 20 a 24.6.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Andréia Cristina Peres da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2720/2022-PGJ, DE 7.6.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 54º Promotor de Justiça de Campo Grande, Oscar de Almeida Bessa Filho, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 23ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 7 a 24.6.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Regina Dornte Broch.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2454/2022-PGJ, DE 25.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias ao membro do Ministério Público abaixo nominado, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue (PGA nº 09.2022.00004553-6):

| MEMBRO | PERÍODO AQUISITIVO | TIPO | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO INDEFERIDO |
|------------------------|--------------------|----------------|--------------------|--------------------|
| Edival Goulart Quirino | 2006/2007 | Remanescentes | 1 | 11.7 a 9.8.2022 |
| | 2016/2017 | Regulamentares | 20 | |
| | 2017/2018 | Remanescentes | 9 | |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2721/2022-PGJ, DE 7.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 3ª Promotora de Justiça de Naviraí, Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 4ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 2 e 3.6.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2722/2022-PGJ, DE 7.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Bonito, João Meneghini Girelli, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Coxim, a partir de 14.6.2022, até ulterior deliberação.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2725/2022-PGJ, DE 7.6.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Terenos, Eduardo de Araujo Portes Guedes, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim no período de 29.6.2022 a 20.12.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Marcos André Sant’Ana Cardoso.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2726/2022-PGJ, DE 9.6.2022

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira 1 (um) dia de compensação no dia 10.6.2022, por ter coadjuvado a 31ª Zona Eleitoral no dia 13.6.2021, nos termos do artigo 98 da Lei Federal nº 9.504, de 30.9.1997.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2455/2022-PGJ, DE 25.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias ao membro do Ministério Público abaixo nominado, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue (PGA nº 09.2022.00004556-9):

| MEMBRO | PERÍODO AQUISITIVO | TIPO | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO INDEFERIDO |
|--------------------|--------------------|----------------|--------------------|--------------------|
| Antonio Siufi Neto | 1996/1997 | Remanescentes | 4 | 14.7 a 12.8.2022 |
| | 2006/2007 | Remanescentes | 16 | |
| | 2021/2022 | Regulamentares | 10 | |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2727/2022-PGJ, DE 9.6.2022

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Humberto de Matos Brittes 7 (sete) dias de férias compensatórias no período de 9 a 12.6.2022, referente ao recesso forense de 20.12.2006 a 6.1.2007, no dia 13.6.2022, referente ao recesso forense de 20.12.2010 a 6.1.2011, e nos dias de 14 e 15.6.2022, referente ao recesso forense de 20.12.2019 a 6.1.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 2728/2022-PGJ, DE 9.6.2022**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva 5 (cinco) dias de compensação no período de 1º a 3 e no dia 14.6.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 27.9 a 4.10.2021, e no dia 15.6.2022, referente à atividade ministerial em plantão realizada no dia 16.11.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2729/2022-PGJ, DE 9.6.2022

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa 1 (um) dia de compensação no dia 3.6.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 23 e 24.5.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2730/2022-PGJ, DE 9.6.2022

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Gustavo Henrique Bertocco de Souza 3 (três) dias de férias compensatórias no período de 13 a 15.6.2022, referentes ao feriado forense de 27.12.2020 a 6.1.2021, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2597/2022-PGJ, DE 31.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias ao membro do Ministério Público abaixo nominado, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

| MEMBRO | PERÍODO AQUISITIVO | TIPO | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO INDEFERIDO |
|------------------------------|--------------------|----------------|--------------------|--------------------|
| Marigô Regina Bittar Bezerra | 2020/2021 | Remanescentes | 10 | 11.7 a 9.8.2022 |
| | 2021/2022 | Regulamentares | 20 | |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2731/2022-PGJ, DE 9.6.2022**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Rosana Suemi Fuzita Irikura 2 (dois) dias de compensação nos dias 13 e 14.6.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 23 e 24.11.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral em exercício

PORTARIA Nº 2732/2022-PGJ, DE 9.6.2022

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça José Luiz Rodrigues 4 (quatro) dias de compensação no período de 7 a 10.6.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 28.5 a 3.6.2019 e no período de 15 a 22.3.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2742/2022-PGJ, DE 9.6.2022

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições legais,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda, atualmente exercendo o cargo de Procurador-Geral de Justiça, 20 (vinte) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, que seriam usufruídos no período de 11 a 30.7.2022, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00005177-1).

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2733/2022-PGJ, DE 9.6.2022

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Mundo Novo, Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Naviraí, no julgamento do Processo nº 0006929-06.2010.8.12.0029, no dia 14.6.2022.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 2637/2022-PGJ, DE 2.6.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 20 (vinte) dias de férias regulamentares ao Promotor de Justiça Paulo César Zeni, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, que seriam usufruídos no período de 12 a 31.8.2022, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2022.00004586-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2744/2022-PGJ, DE 9.6.2022

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Incluir na Portaria nº 2478/2022-PGJ, de 26.5.2022, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de junho de 2022, as informações abaixo, em virtude de feriados municipais:

| PERÍODO DO PLANTÃO | PROMOTORIA DE JUSTIÇA | PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA | TELEFONE DO PLANTÃO |
|--|--------------------------|------------------------------|-------------------------------|
| REGIÃO 1 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE FÁTIMA DO SUL, GLÓRIA DE DOURADOS, DEODÁPOLIS, IVINHEMA E ANGÉLICA | | | |
| 29.6.2022 | PJ de Angélica | Allan Thiago Barbosa Arakaki | 99866-7689 (44) 99775-3021 |
| REGIÃO 10 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COSTA RICA, CHAPADÃO DO SUL E CASSILÂNDIA | | | |
| 29.6.2022 | 1ª PJ de Chapadão do Sul | Matheus Macedo Cartapatti | 99677-3534 |
| REGIÃO 12 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO, ÁGUA CLARA, BRASILÂNDIA E BATAGUASSU | | | |
| 24.6.2022 | 1ª PJ de Bataguassu | Patrícia Almirão Padovan | 99985-9192 |
| REGIÃO 14 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NIOAQUE, JARDIM, BONITO, PORTO MURTINHO E BELA VISTA | | | |
| 13.6.2022 | 2ª PJ de Jardim | Lia Paim Lima | 99825-0142 |
| 13.6.2022 | PJ de Porto Murtinho | Mayara Santos de Sousa | 99119-0653 |
| 24.6.2022 | PJ de Porto Murtinho | Mayara Santos de Sousa | 99119-0653 |
| 29.6.2022 | 2ª PJ de Bonito | Alexandre Estuqui Junior | 98478-2070 |

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2745/2022-PGJ, DE 9.6.2022

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2478/2022-PGJ, de 26.5.2022, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de junho de 2022, de forma que:

- onde consta:

| PERÍODO DO PLANTÃO | PROMOTORIA DE JUSTIÇA | PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA | TELEFONE DO PLANTÃO |
|--|--------------------------|------------------------------|---------------------|
| REGIÃO 10 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COSTA RICA, CHAPADÃO DO SUL E CASSILÂNDIA | | | |
| 25 e 26.6.2022 | 2ª PJ de Chapadão do Sul | Fernanda Proença de Azambuja | 99831-0396 |



| PERÍODO DO PLANTÃO | PROMOTORIA DE JUSTIÇA | PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA | TELEFONE DO PLANTÃO |
|--|-------------------------------|------------------------------|---------------------|
| REGIÃO II - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PARANAÍBA, INOCÊNCIA E APARECIDA DO TABOADO | | | |
| 11 e 12.6.2022 | 1ª PJ de Paranaíba | Juliana Nonato | 98478-2419 |
| 16 a 19.6.2022 | 1ª PJ de Aparecida do Taboado | Oscar de Almeida Bessa Filho | 98478-1495 |

- passe a constar:

| PERÍODO DO PLANTÃO | PROMOTORIA DE JUSTIÇA | PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA | TELEFONE DO PLANTÃO |
|--|--------------------------|---------------------------|---------------------|
| REGIÃO 10 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COSTA RICA, CHAPADÃO DO SUL E CASSILÂNDIA | | | |
| 25 e 26.6.2022 | 1ª PJ de Chapadão do Sul | Matheus Macedo Cartapatti | 99677-3534 |

| PERÍODO DO PLANTÃO | PROMOTORIA DE JUSTIÇA | PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA | TELEFONE DO PLANTÃO |
|--|-------------------------------|---------------------------------|---------------------|
| REGIÃO II - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PARANAÍBA, INOCÊNCIA E APARECIDA DO TABOADO | | | |
| 11 e 12.6.2022 | 2ª PJ de Aparecida de Taboado | Jerusa Araujo Junqueira Quirino | 98478-2028 |
| 16 a 19.6.2022 | 1ª PJ de Paranaíba | Juliana Nonato | 98478-2419 |

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 2723/2022-PGJ, DE 7.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo nº 09.2022.00004775-6, conforme segue: 1) Gestor – Wellington Gradella Marthos, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas; 2) Fiscal – Greyce Kelly Gomes Santiago, Técnica I; 2.1) Suplente – Augusto Aparecido Ribeiro Colato, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2724/2022-PGJ, DE 7.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2411/2022-PGJ, de 24.5.2022, que designou servidores como gestoras e fiscais do Contrato nº 71/PGJ/2022, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, passando a constar: 1) Gestora – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos Motta, Diretora da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnico – Marcos Antônio Nascimento de Azevedo, Analista/Engenharia Civil; 3.1) Suplente – Daniel Piatti, Analista/Engenharia (PGA nº 09.2021.00005783-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2635/2022-PGJ, DE 2.6.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar a Portaria nº 1898/2022-PGJ, de 26.4.2022, na parte que designou a servidora Jackeline Nunes Lechuga, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, com prejuízo de suas funções, prestar serviços na 4ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-492/2022/PGJ, DE 16.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

| PERÍODO AQUISITIVO | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO | MODALIDADE | ADICIONAL DE FÉRIAS |
|-----------------------|-----------------------|---------------|------------|------------------------|
| 2018/2019 | 10 | 6 a 15.6.2022 | GOZO | NÃO |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-493/2022/PGJ, DE 16.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Luz Marina Borges Maciel Pinheiro, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

| PERÍODO AQUISITIVO | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO | MODALIDADE | ADICIONAL DE FÉRIAS |
|-----------------------|-----------------------|----------------|------------|------------------------|
| 2019/2020 | 5 | 18 a 22.7.2022 | GOZO | NÃO |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-541/2022/PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Andréia Cristina Peres da Silva, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

| PERÍODO AQUISITIVO | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO | MODALIDADE | ADICIONAL DE FÉRIAS |
|--------------------|--------------------|----------------|------------|---------------------|
| 2015/2016 | 5 | 23 a 27.5.2022 | GOZO | NÃO |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-646/2022/PGJ, DE 8.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Paulo Leonardo de Faria, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue

| PERÍODO AQUISITIVO | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO | MODALIDADE | ADICIONAL DE FÉRIAS |
|--------------------|--------------------|---------------|------------|---------------------|
| 2021/2022 | 10 | 4 a 13.7.2022 | ABONO | NÃO |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-647/2022/PGJ, DE 8.6.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Andréia Cristina Peres da Silva, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

| PERÍODO AQUISITIVO | QUANTIDADE DE DIAS | PERÍODO | MODALIDADE | ADICIONAL DE FÉRIAS |
|--------------------|--------------------|---------------|------------|---------------------|
| 2019/2020 | 10 | 1 a 10.7.2022 | ABONO | NÃO |

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 2735/2022-PGJ, DE 9.6.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Luciane Freitas de Lima, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Auditoria Interna nos dias 1º, 14 e 15.7.2022 e no período de 4 a 13.7.2022, em razão de licença compensatória referente a feriado forense e férias da titular, Natascha Junko Sakamoto Costa.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2737/2022-PGJ, DE 9.6.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Hermes Alencar de Lima, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Presidência da Comissão Permanente de Licitação e pela Coordenadoria de Licitações no dia 15.6.2022 e no período de 20 a 29.6.2022, em razão de licenças compensatórias referentes a doação de sangue e férias do titular, Emervall Carmona Gomes.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-495/2022/PJ, DE 18.5.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 05 de maio de 2020,

RESOLVE

Suspender as férias concedidas a(o) servidor(a) Laís Massuda Albuquerque de Oliveira, por meio da Portaria nº e-305/2022, de 21.3.2022, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, que seriam usufruídas no período de 30.5 a 7.6.2022, a serem usufruídas no período de 2.8 a 10.8.2022, por necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-545/2022/PJ, DE 24.5.2022

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Claudia Vargas dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 8 (oito) dias de licença casamento, no período de 11 a 18.4.2022, nos termos da alínea “a” do inciso III do artigo 171, e do inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-555/2022/PGJ, DE 25.5.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Andrelucio Vasconcelos Cavalcante, ocupante do cargo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença paternidade, no período de 30.4 a 4.5.2022, nos termos dos artigos 130, inciso IV, e 148, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000; e 15 (quinze) dias, em prorrogação, no período de 5 a 19.5.2022, nos termos da Resolução nº 21/2017-PGJ, de 28.8.2017.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N° 010/2022/PA**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004573-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município

Assunto: Acompanhar o cumprimento da sentença prolatada nos autos da ACP n. 0028331-62.2012.8.12.0001 e a eficiência do Disque Denúncia 156.

Campo Grande, 01 de junho de 2022.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça



CORUMBÁ

EDITAL Nº 0013/2022/02PJ/CBA

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco.

O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000623-2.

Representante: Núcleo Ambiental de Apoio ao CAOMA - MPMS

Representado: Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos - AGESUL

Assunto: Apurar a regularidade da construção de barramento no Corixo Mutum, afluente da margem esquerda do Rio Paraguai, no interior do imóvel rural “Fazenda Paraíso”, no Distrito de Porto Esperança, pela Agência Estadual de Gestão de Empreendimento, sem autorização ambiental.

Corumbá/MS, 07 de junho de 2022.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça

DOURADOS

EDITAL Nº 0007/2022/11PJ/DOS

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública instauração dos autos de Inquérito Civil n. 06.2022.00000137-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através site <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000137-0

Requerente: Núcleo Ambiental de Apoio ao CAOMA - MPMS.

Investigados: Juraci Minhos de Matos, Paulo Reginaldo Dauzacker de Matos.

Assunto: Apurar desmatamento de 1,78 hectares de vegetação secundária em estágio médio de regeneração do Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Nazaré III (CARMS0006324), no período de 03/01/2021 a 22/02/2021, em áreas declaradas como Remanescente de Vegetação Nativa, Reserva Legal Proposta e Área Consolidada, em Dourados/MS, conforme Laudo Técnico n. 200/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental 2021) e Relatório de Fiscalização Ambiental 41/5ªCia/BPMA/2021.

Dourados, 09 de junho de 2022.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0008/2022/11PJ/DOS**

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública instauração de dos autos de Inquérito Civil n. 06.2022.00000155-9, que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através site <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000155-9

Requerente: Núcleo Ambiental de Apoio ao CAOMA- MPMS, 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados.

Investigados: Cândido Minhos e André Arruda Minhos.

Assunto: Apurar desmatamento de 0,61 hectares de vegetação do Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Varjão (CARMS0029926), no período de 12/06/2021 a 31/08/2021, em Dourados, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 366/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental 2021) e Relatório de Fiscalização Ambiental 01/5ªCia/BPMA/2022.

Dourados, 09 de junho de 2022.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

IGUATEMI

RECOMENDAÇÃO N. 0002/2022/PJ/IGU**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 09.2021.00002960-0**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Promotor de Justiça Substituto da Promotoria de Justiça de Iguatemi, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, artigo 132, III, da Constituição Estadual, bem como diante das disposições contidas na Lei n. 7.347/85 e, cumprindo o disposto no artigo 26, inciso VI, da Lei Federal n. 8.625/93 e artigo 27, IV, “a”, da Lei Complementar nº. 072/94, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição Federal/88);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública, (aos quais se incluem as ações e serviços em saúde), aos direitos assegurados pela Constituição Federal/88, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição Federal/88);

CONSIDERANDO ser atribuição desta Promotoria de Justiça a fiscalização dos serviços de saúde, podendo no exercício dessa função fiscalizatória requisitar todas as informações pertinentes aos órgãos relacionados à prestação de serviços de saúde pública e aos responsáveis pela arrecadação de verbas destinadas à saúde;

CONSIDERANDO que a saúde é direito fundamental de todos, sendo dever do Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, bem como formular e executar políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde (art. 6º e 196 da CF e art. 2º da Lei 8.080/90);

CONSIDERANDO que o art. 18 da Lei n. 8.080/1990, preconiza que à direção municipal do Sistema de Saúde (SUS) compete planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde, bem como gerir e executar os serviços públicos de saúde;



CONSIDERANDO que a vigilância epidemiológica está vinculada ao campo de atuação do Sistema Único de Saúde – SUS (art. 6º, I, alínea b, Lei 8080/90) e compreende um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual e coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças e agravos (Art. 6º, §2º, Lei 8080/90);

CONSIDERANDO que os indicadores da plataforma MP Social, Projeto Vacinômetro¹, que traz percentuais de cobertura para as principais vacinas ofertadas pela rede pública para todos os municípios do Estado, segundo dados extraídos do Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Ministério da Saúde, indicam que o Município de Iguatemi está com cobertura geral de 39,52% e o Município de Tacuru está com cobertura geral de 42,16%, ou seja, ambos com índice muito abaixo recomendado, o que importa em risco real à saúde coletiva da população deste município;

CONSIDERANDO que a Lei n. 6.259, de 30/10/1975, regulamentada pelo Decreto n. 78.231, de 12/08/1976, institucionaliza o PNI (Plano Nacional de Imunização) e define competências, preceituando no artigo 4º que “as ações relacionadas, com a execução do programa, são de responsabilidade das Secretarias de Saúde das Unidades Federadas, ou órgãos e entidades equivalentes, nas áreas dos seus respectivos territórios”;

CONSIDERANDO que a responsabilidade das Secretarias de Saúde locais na execução do programa de imunização está detalhada no art. 33 do Decreto n. 78.231/1976:

“Art. 33. Constituem funções das Secretarias de Saúde, através de seus órgãos responsáveis pelos programas de vacinação:

I - Elaborar, implantar e implementar programas de imunizações, principalmente aqueles referentes a vacinação obrigatória;

II - Designar os serviços de saúde que deverão incorporar os Centros de Vacinação constituindo a rede especial a que se refere o artigo 31 deste Regulamento;

III - Limitar a área geográfica a que deve estender-se a influência dos Centros de Vacinação;

IV - Manter a rede Centro de Vacinação;

V - Manter Postos de Vacinação nos demais estabelecimentos de saúde que operam sob sua responsabilidade;

VI - Promover a criação de Postos de Vacinação em todos os serviços de saúde de natureza pública e particular;

VII - Credenciar médicos, como Agentes, para a execução das vacinações;

VIII - Estabelecer normas complementares às baixadas pelo Ministério para a execução das vacinações;

IX - Supervisionar, controlar e avaliar a execução das vacinações no território da Unidade Federada, pelos Centros, Postos e Agentes de Vacinação;

X - Centralizar, analisar e transferir ao Ministério da Saúde as informações referentes às vacinações realizadas em períodos anteriores, divulgando-as.”

CONSIDERANDO que os Centros de Vacinação inseridos no âmbito da atenção básica também têm suas funções definidas no referido decreto:

“Art. 34. Constituem funções dos Centros de Vacinação:

I - Programar e garantir a vacinação da população residente ou em trânsito na sua área de influência, em conformidade com o Programa da respectiva Secretaria de Saúde;

II - Distribuir e controlar o uso das vacinas pelos Postos e Agentes de Vacinação;

III - Informar ao órgão imediatamente superior na estrutura da Secretaria de Saúde de que é integrante, as vacinações realizadas em períodos anteriores;

IV - Manter o registro das vacinações realizadas;

V - Expedir Atestados de Vacinação para as pessoas que vacinar;

VI - Expedir Atestados da impossibilidade de obtenção das vacinações nos casos previstos neste Regulamento.”

CONSIDERANDO que, na sequência, o Decreto n. 78.231/1976 especifica as funções dos Postos e Agentes de Vacinação:

“Art. 35. Constituem funções dos Postos e Agentes de Vacinação:

I - Vacinar as pessoas a quem estiverem prestando serviços de saúde;

II - Registrar as vacinações que executarem;

III - Expedir Atestados de Vacinação para as pessoas que vacinarem.”

¹ MPSocial (mpms.mp.br)



CONSIDERANDO que o credenciamento de serviços de saúde e de profissionais pelas Secretarias de Saúde para atuarem como Postos e Agentes de Vacinação está condicionado aos critérios previstos no parágrafo único do art. 35 do Decreto n. 78.231/1976:

I - Existência de meios para armazenamento das vacinas e sua perfeita conservação, e de equipamentos destinados à aplicação das mesmas; II - Registro do uso das vacinas nas fichas clínicas das pessoas vacinadas; III - Compromisso de afixar em local visível as datas e horários para a aplicação das vacinas; IV - Compromisso de comunicar as vacinações praticadas nos formulários distribuídos e nos prazos estipulados pelas Secretarias de Saúde.

CONSIDERANDO que o artigo 4º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao prever como deveres da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à saúde da criança, está emitindo comando claro em atribuir preferência e prevalência das políticas públicas voltadas à tutela da integridade física da criança em relação a qualquer outro interesse envolvido;

CONSIDERANDO que o Estatuto, ao descrever o direito à saúde, determina a necessidade de promoção de “*políticas públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência*” (artigo 7º - grifo nosso);

CONSIDERANDO que o artigo 14, do mesmo Diploma, fixa a natureza mandatária da vacinação de crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias:

“Art. 14. O Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos.

§ 1º. É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.”

CONSIDERANDO que a previsão do § 1º do art. 14, dirige-se especialmente ao Estado (sem exclusão do dever da família), considerado seu dever de estabelecer a lista de vacinas obrigatórias, prever o calendário anual de vacinações e, por fim, de prover as vacinas necessárias à imunização das crianças e adolescentes aos quais se apliquem sua decisão;

CONSIDERANDO que na vacinação obrigatória há tutela não só individual da criança, mas também indireta de toda a coletividade, especialmente quanto à diminuição da exposição a risco de outras pessoas, crianças ou não, que eventualmente e por conta de impedimentos de ordem médica, não sejam vacinadas, e que a existência de uma população majoritariamente imune a determinadas doenças ensejará a cessação da circulação dos vírus que causam as doenças e, conseqüentemente, mesmo indivíduos não imunizados não estariam expostos à contaminação;

CONSIDERANDO que a consequência do descumprimento do dever de executar adequadamente o programa de imunização estabelecido pelo Ministério da Saúde configura infração sanitária, prevista no art. 10, VIII, da Lei 6.437/1977, que tipifica as infrações à legislação sanitária federal, estabelecendo sanções:

“Art. 10. São infrações sanitárias: (...) VIII reter atestado de vacinação obrigatória, deixar de executar, dificultar ou opor-se à execução de medidas sanitárias que visem à prevenção das doenças transmissíveis e sua disseminação, à preservação e à manutenção da saúde: Pena: advertência, interdição, cancelamento de licença ou autorização, e/ou multa; (...)” (grifo nosso)

CONSIDERANDO que não só infração sanitária, mas, presente o elemento subjetivo dolo caracterizador de infração penal, também poderia configurar, em tese, no tipo do artigo 268, do Código Penal:

“Art. 268. Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa: Pena: detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, e multa”.

CONSIDERANDO que o administrador público que elege políticas públicas em desobediência à lei e à Constituição Federal omite-se diante dos anseios da coletividade e quebra o dever de probidade administrativa, atentando contra os princípios da Administração Pública, em especial, os da boa administração, da eficiência e da moralidade. Como consequência, no mecanismo de controle da gestão pública, a inobservância a esses preceitos, por dolo ou culpa, coloca em destaque o plano normativo estabelecido pela Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992);

CONSIDERANDO que o mundo vivencia uma situação atípica e preocupante para a saúde pública, provocada especialmente pelo novo coronavírus, classificado como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS);



CONSIDERANDO que a saúde pública também sofre efeitos de várias outras doenças e epidemias como dengue, febre amarela, sarampo e leishmaniose;

CONSIDERANDO que somente altas e homogêneas coberturas vacinais poderão produzir impacto no comportamento epidemiológico das doenças imunopreveníveis e que este resultado contribui para diminuir o peso dessas doenças ao sistema público de saúde, já sobrecarregado;

CONSIDERANDO que a redução na procura pelas vacinas disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS), durante o período de pandemia do novo coronavírus (covid-19), preocupa o Ministério da Saúde, conforme anunciado em 10/06/2020 pela Agência Brasil², nos seguintes termos:

"A redução na procura pelas vacinas disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS), neste período de pandemia do novo coronavírus (covid-19), já é percebida pelo Ministério da Saúde e começa a preocupar a pasta, segundo Ana Goretti, coordenadora do Programa Nacional de Imunizações (PNI) do ministério.

Ela explicou que o distanciamento social e a situação da pandemia no Brasil são fatores que têm gerado impacto na queda da cobertura vacinal. "Muitas famílias ficam com receio de ir aos postos de saúde, mas temos orientado todas as equipes de saúde do país quanto às medidas de segurança para evitar infecções", disse a coordenadora ao participar, nessa terça-feira (9), da conferência online Webinar, organizada pelo jornal O Estado de São Paulo.

De acordo com Ana Goretti, o atual momento de pandemia não pode gerar impacto na queda da cobertura vacinal. Ela lembrou que o Brasil possui hoje o maior programa público de imunização do mundo, que distribui mais de 300 milhões de doses de imunobiológicos anualmente.

O PNI conta com 37 mil postos públicos de vacinação de rotina em todo o país, sendo que em campanhas realizadas anualmente este número chega até 50 mil postos e 51 Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais (CRIES).

"Hoje nós temos um esquema vacinal complexo por ser extremamente completo no combate às doenças mais prevalentes aos brasileiros e que começa a atender nossa população desde o nascimento. Nesse sentido, nós concentramos a oferta de muitas vacinas em um curto espaço de tempo, ainda na infância, para facilitar a imunização da maior parte das pessoas ao mesmo tempo, otimizando também o tempo dos pais ao levarem as crianças aos postos de vacina", disse Ana Goretti.

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde também divulgou preocupação com essa questão, informando que cerca de 80 milhões de crianças menores de um ano estão correndo risco de contrair doenças em todo o mundo devido ao fato de não terem sido vacinadas, sendo essa queda reflexo da pandemia do novo coronavírus, que traz riscos, especialmente para crianças³;

CONSIDERANDO que a adoção de comportamentos contrários ao regime geral de vacinação trouxe um severo declínio da população com cobertura imunológica, traduzindo-se em aumento da exposição a risco de contágio de doenças infecciosas como, por exemplo, o sarampo;

CONSIDERANDO que a Resolução n. 015/2007-PGJ dispõe, em seu artigo 5º, que a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social;

CONSIDERANDO que a Recomendação n. 001/CGMP/2016, de 06 de outubro de 2016, em seu artigo 1º, reza que as recomendações e demais providências referentes à atuação ministerial, garantidas constitucionalmente, deverão ser expedidas de maneira vinculada ao procedimento de origem, seja ele um procedimento administrativo, inquérito civil ou procedimento preparatório, devendo constar prazo razoável para atendimento de seu conteúdo; e acompanhada pelo órgão de execução até seu efetivo cumprimento ou vencimento do prazo assinalado;

DADA A RELEVÂNCIA E URGÊNCIA DA SITUAÇÃO CONSTATADA, resolve RECOMENDAR aos Municípios de Iguatemi e Tacuru, por meio dos respectivos Prefeitos Municipais e Secretários Municipais de Saúde, que, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, em cumprimento às disposições legais e normativas mencionadas, e em vista das circunstâncias apuradas, dentro de seu âmbito de atuação como gestor municipal do Sistema Único de Saúde, amplie a cobertura vacinal a fim de alcançar a meta estabelecida pelo Ministério da Saúde, recomendando as seguintes medidas:

² <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-06/queda-na-procura-por-vacinacao-preocupa-o-ministerio-da-saude>

³ Notícias disponíveis em: <https://www.oestadoce.com.br/editorias/viver/nova-pesquisa-d>



1. Elaboração de Plano de Ação Municipal, atendendo-se às normas técnicas pertinentes, com remessa à Secretaria de Estado de Saúde, para adequado planejamento de remessa de imunobiológicos;
2. Busca ativa e alimentação adequada do SIPNI e SINAN;
3. Intensificação do estímulo e conscientização à população da importância do cumprimento integral do Calendário Nacional de Vacinação, com formalização de parcerias ou convênios com veículos de informação, sociedade civil organizada, entidades de classe, conselhos comunitários, representações religiosas, instituições de educação, etc;
4. Que haja serviço de vigilância das Coberturas Vacinais nos territórios do município, para monitoramento dos resultados da vacinação, identificação de áreas de risco em razão da presença de prováveis suscetíveis, caracterizando tendências e/ou situações para as quais são necessárias intervenções oportunas, de acordo com critérios de priorização referenciados de acordo com o indicador denominado Risco de transmissão de doenças imunopreveníveis no município;
5. Que seja feito no mínimo uma vez ao ano o Monitoramento Rápido de Cobertura Vacinal (MRC) para avaliar a situação vacinal e as razões da não vacinação para uma ou mais vacinas, já que essa é diretriz nacional regulamentada, com o registro de dados *on line* no SIPNI (<http://pni.datasus.gov.br>), e com transferência de recursos Fundo-a-Fundo;
6. Que as salas de vacinação tenham estrutura adequada de armazenamento dos imunobiológicos, em conformidade com as exigências do Ministério da Saúde;
7. Que haja aperfeiçoamento do atendimento nas salas de vacinação da rede básica, as quais devem ter funcionamento prioritário, horário ampliado de atendimento, planejamento de horários e locais alternativos de atendimento de forma periódica (não só nas campanhas de vacinação), atendimento *in loco* e/ou transporte da população residente na área rural ou áreas de difícil acesso.
8. Que sejam notificadas oficialmente as creches, berçários, centros de educação e escolas localizadas no município (rede pública e particular), principalmente as de ensino infantil, para que seja verificado se os alunos matriculados estão com a carteira de vacinação irregular (Lei Estadual n. 3.924, de 30 de junho de 2010);
9. Que todos os casos de recusa ou omissão de vacinação, inclusive contra a COVID-19, de crianças e adolescentes por seus responsáveis legais seja notificado ao Conselho Tutelar, por se tratar de violação de direito e descumprimento dos deveres inerentes ao poder familiar ou de guarda (ECA, art. 136, I c/c art. 245), com a imediata comunicação ao Ministério Público Estadual em caso de persistência da omissão;
10. Que sejam implementados grupos e/ou ações permanentes de divulgação com palestras, cursos, seminários, divulgação domiciliar por meio dos Agentes Comunitários de Saúde, dentre outras medidas eficazes para atingir o público-alvo das vacinas preconizadas pelo Ministério da Saúde.

Nos termos do artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual 72/1994 e par. único do art. 45 da Resolução n. 15/2007/PGJ de 27.11.2007, no art. 27, par. Único, inc. IV, da Lei 8.625/93, encaminhe-se a recomendação aos destinatários, requisitando-se que, no prazo de 10 (dez) dias, oferte resposta por escrito acerca do acolhimento da presente recomendação.

Adverte-se aos destinatários que o não atendimento desta recomendação poderá ensejar medidas judiciais na seara cível, criminal e administrativa, aos responsáveis, nos termos supra fundamentados.

Encaminhe-se cópia, para conhecimento ao Conselho Municipal de Saúde de Iguatemi e Tacuru, ao Conselho Regional de Enfermagem-COREN/MS, Conselho Regional de Medicina-CRM/MS, à Comissão de Saúde da Câmara Municipal de Iguatemi e Tacuru, e, também, para publicação no DOMP/MS.

Decorrido o prazo, com ou sem resposta, certifique neste procedimento e retorne concluso.

Cumpra-se

Iguatemi, 07 de junho de 2022.

ANDRÉ LUIZ DE GODOY MARQUES,
Promotor de Justiça Substituto.

**RECOMENDAÇÃO N. 0003/2022/PJ/IGU****INQUÉRITO CIVIL N. 06.2021.00000778-2**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por seu Promotor de Justiça subscritor, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 129 da Constituição Federal, artigo 132 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, artigo 26, inciso IV, alínea "b", e artigo 28, ambos da Lei Complementar n. 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul), e:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a *"administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)"* (artigo 37, *caput*, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por designação constitucional, proteger o patrimônio público e social, adotando as medidas legais cabíveis para tanto, bem como fiscalizar a correta aplicação da lei, na forma dos artigos 127, *caput* e 129, inciso III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Lei de Improbidade (Lei n. 8.429/1992) expressa em seu artigo 11, inciso V, que constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros;

CONSIDERANDO que, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes (art. 37, XXI, da constituição Federal);

CONSIDERANDO que as compras deverão especificar de forma completa o bem a ser adquirido, sem indicação de marca (artigo 15, § 7º, inciso I, da Lei n. 8.666/93), sob pena de frustrar-se o caráter competitivo do procedimento licitatório;

CONSIDERANDO que se constatou, por meio do Inquérito Civil n. 06.2021.00000778-2, instaurado no âmbito desta Promotoria de Justiça, que o Município de Iguatemi, no Processo de Dispensa de Licitação n. 029/2020, dentre os itens relacionados, constou como termo de referência os itens "Infatrini" e "Trophic Basic", não se referindo a uma reprodução fidedigna do objeto referenciado, mas sim a indicação de produtos de marcas específicas;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério público exercer a defesa dos direitos Assegurados nas Constituições Federal e Estadual podendo, no exercício de suas atribuições, emitir recomendações dirigidas aos órgãos e entidades públicas (art. 27, parágrafo único, IV, da Lei Federal n. 8.625/93);

RESOLVE, em defesa do patrimônio público e social e, em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e isonomia;

RECOMENDAR, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para a responsabilização das autoridades competentes,

À PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATEMI/MS, na pessoa do Prefeito Municipal, Excelentíssimo Senhor Lídio Ledesma, que cumpra a norma constitucional prevista no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e a Lei Federal n. 8.666/93, notadamente no que se refere à realização de procedimentos de licitação ou de dispensa de licitação para aquisição de produto com especificação completa do bem a ser adquirido, no entanto sem indicação de marca, de acordo com o artigo 15, § 7º, inciso I, da Lei n. 8.666/93.

A ausência de observância da medida enunciada impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar, quando



cabível, as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao patrimônio público e social de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 10 (dez) dias a partir do recebimento da presente, sobre a adoção ou não desta RECOMENDAÇÃO, observados os arts. 44 e 45 e da Resolução n. 15/2007-PGJ.

Outrossim, cabe à Prefeitura Municipal de Iguatemi/MS dar ampla divulgação à presente recomendação, fazendo-se publicar no site oficial e no Diário Oficial deste Município de Iguatemi/MS, nos termos do art. 45, parágrafo único, da Resolução n. 15/2007-PGJ.

Encaminhe-se cópia da presente Recomendação ao Presidente da Câmara Municipal de Iguatemi-MS, para conhecimento e medidas cabíveis, no âmbito de sua competência como fiscal dos atos do Poder Executivo.

Por fim, remeta-se cópia desta Recomendação para a devida publicidade no Diário Oficial do Ministério Público de Mato Grosso do Sul.

Iguatemi/MS, 08 de junho de 2022.

ANDRÉ LUIZ DE GODOY MARQUES,
Promotor de Justiça Substituto.

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

PORTO MURTINHO

EDITAL N. 0028/2022/PJ/PTM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, o qual se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, 444, Centro, Edifício do Fórum, em Porto Murtinho.

O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2022.00005476-8

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Jefferson Jorge Salomão

Assunto: Acompanhar o cumprimento das cláusulas estipuladas no termo de ajustamento de conduta firmado no bojo dos autos do inquérito civil n. 06.2021.00000239-8.

Porto Murtinho, 03/06/2022

JANAÍNA SCOPEL BONATTO
Promotora de Justiça Substituta

**EDITAL N. 0029/2022/PJ/PTM**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murinho, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, o qual se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, 444, Centro, Edifício do Fórum, em Porto Murinho.

O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço:
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2022.00005407-9

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Sérgio Luís Pereira

Assunto: Acompanhar o cumprimento das cláusulas estipuladas no termo de ajustamento de conduta firmado no bojo dos autos do inquérito civil n. 06.2021.00000250-0.

Porto Murinho, 03/06/2022

JANAÍNA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça Substituta